

Transfeminismo em Rede: Os nossos movimentos vêm da ancestralidade

Jessyka da Silva Rodrigues¹
Elaine Ferreira do Nascimento²

Resumo: O presente ensaio investiga os movimentos sociais e o transfeminismo sob a lente da interseccionalidade de gênero, raça e classe por meio de pesquisas bibliográficas. Inicialmente apresenta a discussão da rede social como possibilidade de potencializar vozes de travestis e transexuais negras para essas corpos: ocupar o ciberespaço é ampliar o debate sobre o apagamento de experiências e vivências de travestilidades negras na trajetória dos movimentos sociais regidos pelo racismo e cisgeneridade compulsória. A importância da pesquisa reside em apontar o racismo e a transfobia produzidos pelos movimentos sociais. Notadamente as protagonistas de corpos interseccionada tensiona a estrutura opressora e reverbera o potencial do Aquilombamento na luta por emancipação e liberdade para todas, todos e todes. Objetiva produzir epistemologias que contribuem para uma reflexão acerca da transfobia e racismo existente nos movimentos sociais e a necessidade do rompimento de barreiras que impedem a luta coletiva, bem como a construção de mecanismo de enfrentamento ao racismo e cisheteropatriarcado.

Palavras-chave: transfeminismo; movimentos sociais; aquilombamento; interseccionalidade.

¹ Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz-Piauí. jessykameiga@hotmail.com.br

² Assistente Social. Pós Doutora em culturas africanas, da diáspora e dos povos indígenas. Pesquisadora da Fundação Oswaldo-Piauí. Professora do Programa de Políticas Públicas- UFPI. negraelaine@gmail.com

Introdução

Decidimos adotar uma postura transfeminista para dar maior visibilidade às autoras pesquisadoras, ativistas, entre outras, – assim na primeira vez que faço uma citação transcrevo seus nomes por extenso e não apenas o sobrenome, além de adotar a flexão de gênero na minha escrita, iniciando sempre com o gênero feminino o que faz parte de uma política de reparação.

O presente ensaio traz em seu escopo reflexões sobre a importância do debate de travestilidades negras com recorte em raça, gênero e classe com atravessamentos nas dimensões dos movimentos sociais e a contribuição do transfeminismo no fortalecimento na luta por emancipação de corpos dissidentes. Os mecanismos de opressão ancorados no Estado orquestram o aniquilamento de corpos negros que se recusam a obedecer a ditaduras advindas do cisheteropatriarcado e racismo. Nesse terreno de lutas por visibilidade, espaço e sobrevivência o Aquilombamento nos ciberespaços e movimentos sociais são possibilidades de liberdade e emancipação coletiva de corpos historicamente marginalizados e alijados da sociedade. O movimento de aquilombar-se não é só uma estratégia de sobrevivência e de agir politicamente; esse dispositivo foi construído pela população negra, para resistir às inúmeras facetas coloniais, que impede corpos negros de gozar liberdade. O Transfeminismo é uma corrente teórica e política que atua na perspectiva de emancipação e empoderamento coletivo através de espaços físicos e virtuais, corroborando com enfrentamento à transfobia e ao racismo estrutural e estruturante na sociedade.

O feminismo estrangeiro não pautou a lutas de travestis e transexuais negras, sendo algo que se repete no Brasil, na atualidade a armadilha da mulher universal é antiga e apaga as experiências de travestilidades negras na encruzilhada da opressão como pontua a transfeminista Hailey Kass (2015). O transfeminismo bebe na fonte do feminismo negro e ambos atuam sob a lente da interseccionalidade, reconhecendo que no âmbito da diversidade existe diversidade e a liberdade se dá de forma coletiva.

Para endossar a problemática discutida nesse trabalho dialogamos com mulheres travestis e transexuais negras e transfeministas – (Viviane Vergueiro; Leticia Nascimento; Hailey Kaas; Jovanna Cardoso e Megg Rayara) como referências importantes para questionamento de movimentos sociais que não compreendem e, não reconhecem as lutas de travestilidades negras na transformação social.

A investigação da pesquisa tem como base uma revisão bibliográfica de material já elaborado, como artigos, livros e revistas científicas, entre outros (GIL, 2002). Essa metodologia possibilita uma investigação mais aprofundada sobre o problema exposto pela pesquisa. Nesse sentido, este trabalho tem como proposta denunciar a estrutura estruturante que promove o apagamento de travestis e transexuais com marcadores de gênero, raça e classe nos movimentos sociais ancorados na ciheteronormatividade compulsória e colonial.

A rede social é um espaço de Aquilombamento de travestilidades negras

A proliferação de páginas no Instagram, bem como de grupos no facebook, assim como de blogs transfeministas, e de travestis e transexuais influencers digitais são manifestações que em outro tempo não seriam possíveis, devido à exclusão e ao apagamento contra essas corpas trans negras. Cansadas de serem alijadas de espaços físicos, vislumbram no ciberespaço a possibilidades de protagonizar e revolucionar, como sinaliza a mulher trans negra e psicóloga Jaqueline Gomes (2012, p.16).

O movimento social composto pela população transgêneros se torna cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em redes virtuais. Fabrica novas realidades sociais, reconfigura relações de gênero e demarca identidades pessoais e sociais, demonstrando, na sua práxis, que a identidade de gênero não esgota a subjetividade.

As redes sociais atuam enquanto importante mecanismo de interação social, na atualidade, atravessando a vida de uma parcela considerável da população brasileira,

travestis e transexuais negras não ficam de fora deste espaço privilegiado de discussão e constantes disputas de poder. Vítimas de um processo de invisibilização e apagamento, a população de travestis e transexuais negras por vezes encontram nas redes sociais ferramentas para a defesa de suas identidades, mesmo quando o uso delas não é marcado por um debate político, a presença nas redes por si só dá conta de apresentar a discussão acerca de suas vivências enquanto corpos interseccionadas e políticas (grifos meu).

Entendendo o campo da internet como uma extensão das realidades sociais, entrecortada por signos e ficções normativas de gênero, raça e sexualidade, compreende-se o espaço enquanto um ambiente transfóbico e racista, ambos são um problema estrutural e estruturante em que é possível perceber diversos ataques a população de travestis e transexuais negras, porém, como é utilizado no pajubá, dialeto travesti, elas não deitam, ocupam, reivindicam o espaço. A transfeminista negra, gorda e de asé Leticia Nascimento (2021) vislumbra no ciberespaço a possibilidade da construção e valorização dos saberes trans como tática de resistência e Aquilombamento. A internet foi, e ainda é, um bojo primordial de debates transfeministas e antirracistas.

Nos últimos anos há uma crescente movimentação de travestis e transexuais enquanto produtoras de conteúdo para a internet, blogueiras, maquiadoras, artistas, consultoras, algo fundamental para o processo de entendimento, aceitação e descoberta por parte da população trans mais jovem, que através destas referências podem reconhecer-se enquanto sujeitos e sujeitas que desfrutam de uma experiência coletiva, diminuindo a sensação de solidão por vezes narradas por aquelas que não tiveram acesso a estes meios durante a juventude (grifos meus).

Desta forma, aponta-se o cyberativismo enquanto importante estratégia, na luta antitransfóbico e antirracista, pois a internet possibilita uma amplificação do debate, proporcionando uma maior reflexão também por parte da comunidade branca, cisgênera

e heterossexual. Vale salientar que em muitos casos é nas redes sociais que travestis e transexuais podem dar seus primeiros passos em relação à reivindicação de identidades historicamente marginalizadas através da possibilidade de uso de seus nomes sociais. O nome pode ser compreendido enquanto parte constitutiva dos indivíduos e suas subjetividades, poder reivindicá-lo também significa demarcar existência como pontua a transfeminista Hailey Kaas (2015, p.297):

Dessa forma, não encontrando espaço político nem na comunidade gay-lésbica e nem no feminismo tradicional, surge então um movimento auto-organizado que partilha de praticamente a ideia feministas tradicionais, e as absorve em prol de políticas trans, de emancipação. É importante colocar aqui que o transfeminismo também surgiu da necessidade de se combater o machismo instalado na comunidade trans, através de uma ótica feminista ampliada às questões trans (por isso, transfeminismo). Daí a necessidade de se criticar uma forma estereotipada de se perceber as pessoas trans, especialmente as mulheres trans, dentro dos veículos de comunicação tradicionais, e por vezes também os alternativos.

O uso das redes sociais por travestilidades negras corrobora o processo de reconhecimento de suas demandas específicas, que seguem sendo ignoradas pelo Estado, pois, há por parte da comunidade cisheteronormativa uma narrativa perigosa e falaciosa que afirma não existir mulher de pênis e homem de vagina, que se trata apenas de pessoas indecisas, imputando sobre essas pessoas trans uma constante “verdade de gênero” a fim de que dialoguem com uma cisgeneridade e heterossexualidade compulsória, no entanto, através das redes sociais essas corpos negros pautam sua forma de ser e existir, refutando os frágeis argumentos utilizados, que por sua vez são decorrentes de uma ótica limitante, biologizante e patologizante.

A ocupação nas redes sociais surge também com necessidade de romper com generificação de identidades trans, levando em consideração apenas pautas masculinas relacionadas à homossexualidade reverberando a patologia e criminalidade de travestilidades negras (GOMES, 2018).

A autora do livro *Bajubá Odara e Matriarca* do movimento de travestis e transexuais, Jovanna Cardoso, mulher travesti negra (2021.p.17) e as companheiras travestis negras, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavier e Claudia Pierre França são pioneiras no movimento social que revolucionou o Brasil no ano de 1970. De acordo com a autora, o movimento construído pelas/por travestis negras nasce na rua, na prostituição, e esse movimento tem raça, gênero e classe atravessados por lutas e resistências, “das ruas para todo o Brasil”. A luta na época e na atualidade dava-se pelo direito de ir e vir, pois, a presença de travestis negras nos espaços se configura como afronta aos “bons costumes”. O racismo e a transfobia operam sobre as corpos travestis simultaneamente lhes retirando o status de cidadã como aponta Cardoso (2021, pg.18):

Por ser travesti negra e estar no fila do cinema fui detida, segundo a polícia, para averiguações e levada para Superintendência de policia Civil {...}, contudo, eu não fui a única a ser detida na operação em 1979 “pente fino” comigo outras prostitutas travestis e cisgêneras. A polícia realizou batidas nos principais pontos de prostituição. Todas foram levadas para a delegacia em um ônibus superlotado.

As batidas policiais na narrativa supracitada são ações arbitrárias com intuito de violentar e violar o direito de corpos negras ao transitar em espaços públicos. Tal iniciativa é respaldada por um Estado Necropolítico (MBEMBE,2021), que decide quais vidas são matáveis e quais vidas são vivíveis através de mecanismos coercitivos corroborando com uma contemporaneidade colonial, com relações profundas entre resistência, sacrifícios e terror.

Dialogamos como a professora travesti negra Megg Rayara (2018). que problematiza a exclusão de travestis e transexuais negras do Movimento Social de Negras e Negros, denunciando que tal movimento estaria a serviço da normatização e normalização da cisheteronormatividade compulsória. Para a autora, esse apagamento está atrelado à transfobia e racismo que operam sobre a corpa travesti negra as

colocando na margem da margem. Desse modo, questionamos porque travestis e transexuais negras não são acolhidas e são rejeitadas no Movimento Social de Negras e Negros?

O Movimento Social de Negras e Negros se apresenta como um espaço de luta por direitos de pessoas historicamente marginalizadas, mas é visível que (re)produz posturas do colonizador ao desprezar demandas específicas relacionadas a gênero, identidade de gênero e sexualidade (GOMES, 2018).

Desmantelando o sistema³

A cisgeneridade é lida como uma identidade ou expressões de gênero legitimadas pelas normas cisgênera dominantes com aspectos colonizadores, esse conceito como aponta as transfeministas (Leticia Nascimento 2021; Viviane vergueiro, 2015) é utilizado como uma categoria analítica que surge para validar e colocar como única a forma de ser/estar no mundo e para além disso, marginalizar pessoas transgêneras e não cisgêneras, contribuindo para a naturalização de discursos e práticas coloniais cisgêneras, esse conceito de cisgeneridade é considerado uma máquina de guerra discursiva, que se apropria do direito de subalternizar outros corpos generificados, conforme pontua Nascimento (2021, p.128):

A máquina de guerra analítica da cisgeneridade pensada a partir do transfeminismo corrobora com o processo de desconstrução da aparência substantiva do gênero, ou seja, de gênero como atributo estático que o sujeito possui, que principalmente vivenciada pelos corpos cisgêneros. É urgente promover um processo de desnaturalização de nossos corpos, fazendo emergir performances de gênero para além da lógica binária do masculino e feminino construídos a partir de um corpo natural. É preciso bagunçar as fronteiras entre a suposta naturalidade e artificialidade, uma vez que os corpos trans são artificiais quanto os corpos cis.

³ A palavra sistema não se trata de erro ortográfico. Essa estratégia de escrita, dentro da produção Transfeminista, é uma das formas que encontramos de denunciar a cisgeneridade estrutural, torna-la visível nos processos de apagamento e desumanização de travestis e população trans interseccionadas. Desse modo lê-se sistema; uma máquina ciscolonial que opera na deslegitimação de identidades não cis, com base na biologia e no binarismo.

A proposta de definição da cisgeneridade, desenvolvida por Vergueiro (2015), aponta como um mecanismo de normatividade sobre os corpos e gêneros, tornando-se cúmplice ou reprodutora da ótica cisgênera sobre essas populações diversas e contribuindo para tornar outras identidades menos atrativas, se configurando com uma ciscolonialidade instituída de saberes que parece irrefutável. Diante disso, a compreensão da cisgeneridade, cisonormatividade e cissexismo como conceitos analíticos nos dá subsídios para pensar sobre as colonialidades que atravessam diversidades corporais de identidades e de gênero. Seguindo esse caminho epistemológico, a proposta é sugerir que terminologias subversivas possui o potencial de desafiar fantasias e práticas ciscoloniais a respeito dessas diversidades ao tirar o véu das assimetrias construídas no campo das anormalidades ou transtornos em relação a uma cisgeneridade compulsória. Portanto, é de suma importância a quebra do paradigma da equiparação dos corpos e identidades de gênero aos corpos cisgênero.

Vergueiro (2015), a partir de compreensões interseccionais, pontua ser possível vislumbrar as relações de poder que permeiam as produções, controles, monitoramentos e cerceamento das diversidades corporais e identidades de gênero que se apresentam como conceitos a cisonormatividade e cissexismo. Temos como exemplo dentro do ativismo a utilização do termo homofobia como uma possível categoria capaz de abarcar as subjetividades de diferentes sujeitos. O termo é preferido em vários relatórios nos quais “lesbofobia, bifobia e transfobia” são compreendidos dentro do espectro da homofobia, com a justificativa de uma melhor compreensão do texto (DIAS, 2014). Nos Movimentos Sociais essa postura se repete, por isso enfatizamos que não adianta questionar a cisheteronormatividade se insistimos em reduzir, por exemplo, a Parada do Orgulho LGBT em “Parada gay”.

O objetivo da reflexão de Vergueiro (2015) é enfatizar os desdobramentos institucionalizados e os processos culturais mais amplos que produzem exclusões, apagamentos e marginalizações de diversidades, em contraste ao termo transfobia, na

medida que este representa ódio e medo irracionais e individuais (KENNEDY, 2013). Essa postura reducionista não apenas serve para manutenção da cisgeneridade e do racismo, mas para manter compulsoriamente travestis e transexuais negras em situação de extrema vulnerabilidade (GOMES, 2018).

Para a professora cisgênera e branca, Guacira Louro (2018) a matriz cisheterossexual e branca impõe os padrões a serem seguidos e quando esses corpos transgridem as regras e arranjos se tornam presas fáceis do mecanismo de pedagogias corretivas e das ações de recuperação e punição. O preço para corporalidades desviantes dos padrões é a exclusão e negação do status de ser humano. É importante ressaltar que esses corpos viajantes têm seus percursos distintamente marcados por gênero, raça/etnia e classe e por outras circunstâncias de sua existência.

A experiência de Xica Manicongo, a primeira Travesti negra escravizada no Brasil pode ser considerada como essa viajante transgressora da matriz cisheterossexual branca e burguesa. A condenação de Xica Manicongo deu-se pela recusa da performance do gênero que lhe foi atribuído ao nascer esse exílio perpassa a temporalidade, pois a fogueira da inquisição existe no século XXI e através de leis dos homens brancos travestilidades negras são queimadas por dispositivos que atuam no processo de desumanização atravessados pelo racismo e transfobia (GOMES, 2019).

Nesse sentido, a transfeminista Hailey Kass (2015) enfatiza a relevância de dialogar sobre a transfobia racializadas que mulheres travestis e transexuais sofrem com a fetichização das suas corpos de forma distinta das mulheres brancas e não trans. Desse modo, acreditamos que não só o feminismo e movimentos sociais de um modo geral, deve rever tais posturas, rompendo com a armadilha da mulher universal construída pelo feminismo ocidental. Para a mulher negra jurista e estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002, p.12) a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica necessita de protocolos interseccionais que focalizem a totalidade principalmente na análise de contextos sociais como uma leitura de “cima para baixo” seguindo as pistas da

discriminação e questionando as práticas de subordinação que interagem retroalimentam outras formas de subordinação.

Considerações Finais

Não é nossa intenção concluir a discussão apresentada nesse artigo. É notório que nossa proposta é provocar uma inquietação sobre o apagamento de pessoas travestis e transexuais negras nos movimentos sociais balizados por um esquema branco e cisheteronormativo que atua desde a era colonial. As travestilidade negras sempre carregaram o movimento nas costas, mas infelizmente sofrem com o não reconhecimento de demandas específicas importantes para ampliação da cidadania dessas corpos historicamente oprimidas e alijadas da sociedade.

Compreendemos a importância da coalizão dos movimentos sociais na perspectiva de construir estratégias de enfrentamento a todo o tipo de opressão produzidas pelo racismo e cisheteropatriarcado. É sabido que todo movimento é heterogêneo, mas isso não precisa ser usado para enfraquecer ou desmobilizar uma luta, que deve ser coletiva, nossas diferenças devem ser utilizadas para nos aquilombar.

Enfatizamos a necessidade de tais movimentos sociais reconhecerem a transfobia e racismo instalada em suas posturas, pois não adianta questionar o racismo e cisheteronormatividade quando os produzem e reproduzem em suas trajetórias e cotidiano ao excluir vivências que escapam do modelo do opressor. A prática antirracista e antiLGBTfóbica são primordiais dentro e fora dos movimentos sociais corroborando com uma luta anticolonial.

As redes sociais continuarão sendo um espaço importante de debate sobre o racismo e transfobia, essa luta deve avançar em espaços físicos e para tanto, surge a necessidade de aliadas, aliados e aliades que compreendam que não basta ser contra o racismo e LGBTfobia se nos espaços que ocupam não promover e potencializar uma ideologia antirracista e antiLGBTfóbica.

Referências

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**. 2012. p. 1-15.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019.
- DIAS, Carlos et al. Comissão Nacional da Verdade–Relatório. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Oliveira, Megg Rayara. **Por que não me abraça?** Revista Internacional dos Direitos Humano. SUR. 28.-15.28. 167- 179.2018.
- KAAS, Hailey. O que é Transfeminismo. **Uma Breve Introdução**, v. 2, 2015.
- KAAS, Hailey. Similaridades divergências entre correntes feministas Tradicional/Mainstream e Transfeminismo IN: BENTO, Berenice; SILVA, Antonio Vlademir Fêlix. **Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo**. Natal: EDUFRN, 2015
- KENNEDY, N. Cultural cisgenderism: Consequences of the imperceptible. **British Psychological Society, Psychology of Women’s Section Review**, v. 15, n. 2, 2013. ISSN1466-3724.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro; Cobogó,2019.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, 2021.
- NASCIMENTO, Leticia Carolina do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira:2021.
- SILVA, Jovanna Cardoso. **Bajubá Odara**. Picos -PI , 202.
- VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões de coloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 224fs. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Transfeminism in Network:
Our movements come from ancestry

Abstract: This essay investigates social movements and transfeminism through the lens of the intersectionality of gender, race and class through bibliographical research. Initially, it presents the discussion of the social network as a possibility to enhance the voices of transvestites and black transsexuals for these bodies: to occupy cyberspace is to broaden the debate on the erasure of experiences and experiences of black transvestites in the trajectory of social movements governed by racism and compulsory cisgenderism. The importance of the research lies in pointing out the racism and transphobia produced by social movements. Notably, the protagonism of intersected bodies strains the oppressive structure and reverberates the potential of Aquilombamento in the struggle for emancipation and freedom for all. It aims to produce epistemologies that contribute to a reflection on transphobia and racism existing in social movements and the need to break barriers that prevent collective struggle, as well as the construction of a mechanism to confront racism and cisheteropatriarchy.

Keywords: transfeminism; social movements, intersectionality.

Recebido: 18/07/2023

Aceito: 21/05/2024